

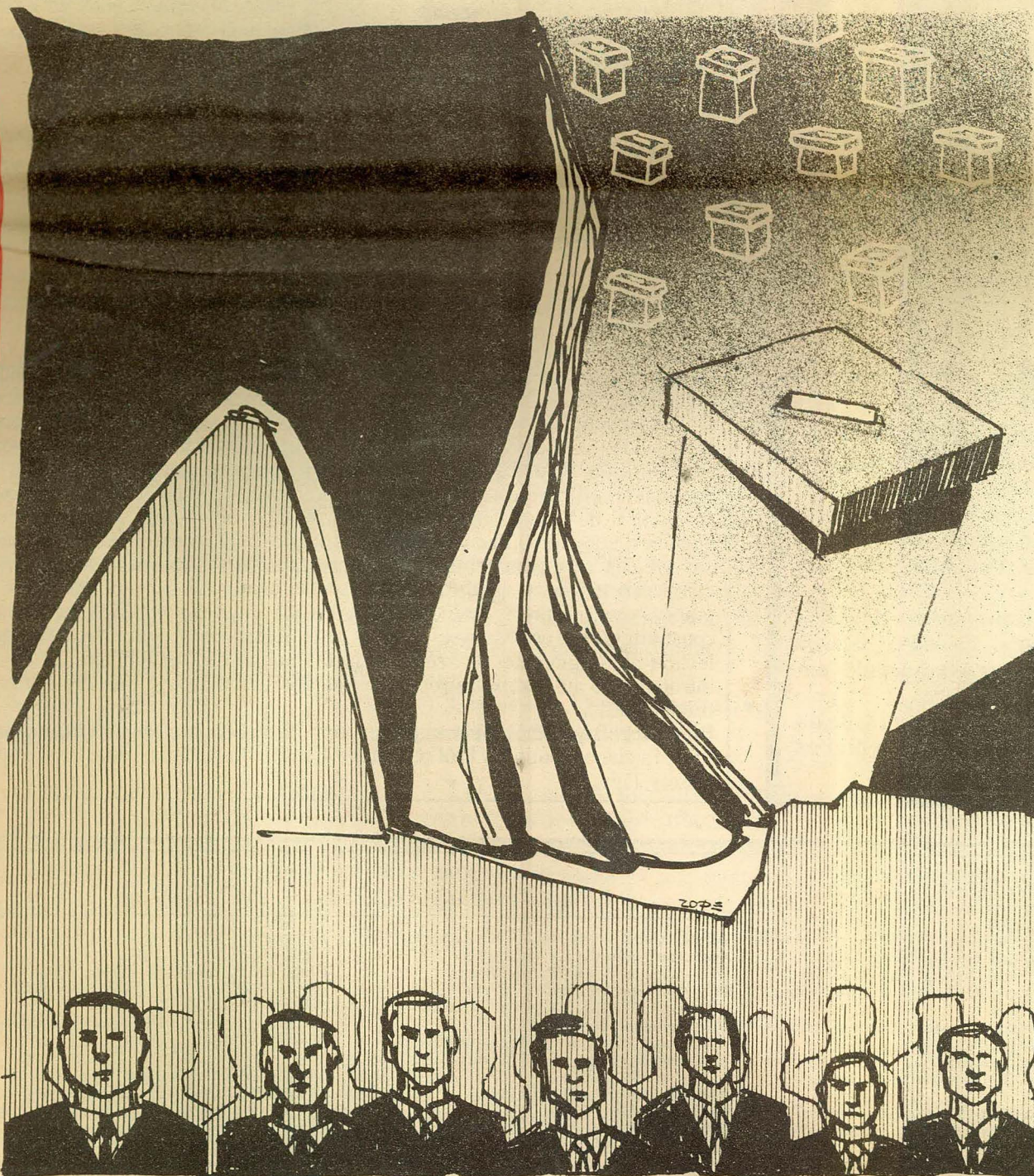
# Jornal dos Economistas RJ

Nº 66 • Outubro 1994

## As metas de governo de Anthony Garotinho e Marcello Alencar

Dando seqüência ao que foi feito nas eleições presidenciais, o Jornal dos Economistas abre espaço para que os candidatos do segundo turno ao governo estadual exponham suas idéias para a retomada do crescimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro.

*Páginas 6 e 7*



Renato Lessa  
fala em entrevista  
sobre as políticas  
do novo  
Congresso

*Páginas 3 e 4*

Estudo mostra  
diferenças  
salariais entre  
profissionais  
com a mesma  
qualificação

*Página 5*

Enquete:  
repercussão  
da nova política  
de contenção  
de crédito

*página 10*



**A** pós quatro meses de implantação do Plano Real, a estabilização econômica está diante de questões fundamentais. Diversos economistas apontam para a dificuldade da convivência do real sobrevalorizado em relação ao dólar. Em dois meses, essa sobrevalorização foi da ordem de 15%, dada a inflação que, medida pelo índice oficial do governo, desde 1º de julho situa-se em cerca de 15%.

Aponta-se para uma incapacidade de convivência da âncora cambial com a monetária. A redução dos preços dos produtos importados, a elevação dos preços nacionais e o reduzido crescimento interno - insuficiente para reativar a demanda interna de insumos e bens de capital - pode gerar uma pressão por desvalorização do real. O resultado é perda de competitividade do emprego industrial, com graves consequências sociais.

Parte dessas questões são tratadas neste número do *Jornal dos Economistas* no artigo de Luiz Carlos Prado, que aborda o perigo de a liberalização comercial ameaçar setores importantes da indústria nacional. Uma enquete feita com alguns profissionais

mostra a opinião de quatro economistas sobre as medidas de contenção de crédito do governo.

O *Jornal dos Economistas* traz ainda uma entrevista com o cientista político Renato Lessa, diretor do Iuperj, que fala sobre a formação do novo Congresso Nacional, as possíveis alianças dos partidos, além de fazer uma análise das dificuldades políticas dos governos brasileiros dos últimos tempos.

No artigo de Armando Castelar Pinheiro e Lauro Ramos, reproduzimos o estudo dos dois economistas sobre a consequência, no Brasil, da desigualdade salarial entre trabalhadores igualmente qualificados. O trabalho de Pinheiro e Ramos foi publicado em setembro deste ano na edição especial do caderno chileno *Estudios de Economia*.

Ainda nesta edição, o destaque para os planos políticos dos dois candidatos ao segundo turno das eleições para o governo do Rio de Janeiro: Anthony Garotinho e Marcello Alencar apresentam no *Jornal dos Economistas* as principais medidas que pretendem adotar para conseguirem a retomada do crescimento econômico do Estado.

COMUNICADO

Conforme estipulam os Estatutos do Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro - IERJ, convidamos os associados (2ª convocação), para apresentação das chapas à eleição da nova diretoria do IERJ. Esclarecemos que a primeira convocação foi publicada em edital do *Jornal do Commercio* do dia 31/10/94.

As eleições serão realizadas no dia 12 de dezembro de 1994, nos seguintes locais:

Sede do IERJ, na FEA/UFRJ; IBGE (Mangueira); BNDES; Petrobrás; FEA/UFF e no Departamento de Economia da PUC/RJ, no horário de 10:00h às 17:00h. Estarão aptos a votar os associados em dia com o pagamento da anuidade.

A diretoria convida os associados para uma reunião na sede do IERJ no dia 25 de novembro/94 às 18:30, com o fim de apresentar as chapas concorrentes e discutir seus respectivos programas.

CORECON

Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro  
Av. Rio Branco 109 - 19º andar - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20054  
Tel. (021) 224-0578 - Fax (021) 221-0958

**Presidente:** Hélio Oliveira Portocarrero de Castro  
**Vice-Presidente:** Luiz Antonio Rodrigues Elias  
**Conselheiros Efetivos:** Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Luiz Antônio Rodrigues Elias, Adhemar dos Santos Mineiro, Carlos Francisco T. M. R. Lessa, José Roberto Correia Soeiro, Maria José Cyhlar Monteiro, Maurício Buzanovsky, Ronaldo Raemy Rangel, Sidney Pascouto da Rocha  
**Conselheiros Suplentes:** Alexandre Baptista Freire, Carlos Aguiar de Medeiros, Eduardo Luiz

de Mendonça, Luiz Carlos Pires de Araújo, Paulo Sérgio Souto, Renato Augusto da Matta, Renato Luiz Mello de Oliveira, Sandra Maria Carvalho de Souza  
**Secretaria Executiva:** Maria Eugênia Porto da Silveira  
**Secretaria de Coordenação:** Beatriz Bomfim  
**Secretaria de Fiscalização:** Luiz Sérgio Ribeiro  
**Delegacia Regional de Campos:** Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49  
Tel. (0247) 23-833  
**Biblioteca:** Ester Oliveira Texeira

DEPARTAMENTO DE COBRANÇA

Avisamos que, devido a problemas com o nosso computador, alguns economistas registrados neste Conselho estão recebendo indevidamente uma guia de cobrança pelo correio. Uma vez já feito os reparos necessários, lamentamos o transtorno e, estando você em dia com sua mensalidade, favor desconsiderar o comunicado de débito.

JORNAL GRATUITO

O *Jornal do Commercio* está fazendo uma promoção para os economistas registrados no Conselho Regional de Economia: durante um mês, os profissionais poderão receber gratuitamente o *Jornal Commercio* em casa ou escritório. Basta telefonar para 203-2120, solicitando a assinatura gratuita e comunicando o endereço para a entrega. Caso o local esteja fora da área de entrega do jornal, o profissional será contactado para indicar outro endereço.

RECICLAGEM DE PROFESSORES

Os Conselhos Federal e Regional de Economia oferecem dois cursos de reciclagem docente a partir do dia 17 de novembro, na sede do CORECON-RJ. A inscrição é gratuita e pode ser feita até 11 de novembro, através da Instituição de Ensino Superior pelo fax (021) 221-0958.

Os professores não vinculados ao IES deverão fazer a inscrição na sede do CORECON-RJ - Av. Rio Branco 109, 19º andar - mediante ao pagamento da taxa de R\$ 100,00. As opções de curso são: **Desenvolvimento Econômico**, com o professor Luiz Carlos Prado, no horário de terças e quintas-feiras, das 14h às 16h. **Fundamentos da Macroeconomia**, com o professor José Carlos Ferreira da Silva, nos mesmos dias, das 16h às 18h.

BIBLIOTECA PARA OS ECONOMISTAS

A Biblioteca especializada Eginardo Pires atende a todos os profissionais registrados, estudantes de economia, associados ao IERJ e pessoas de áreas afins, de segunda a sexta-feira, de 13h às 17h. Além do acesso facilitado ao conhecimento, a biblioteca ainda fornece serviços de apoio a pesquisas e possui uma videoteca com 247 fitas, contendo assuntos de interesse dos profissionais da área, debatidos por personalidades destacadas no meio econômico.

VALOR REFERENCIAL DE HONORÁRIOS

O Valor Referencial de Honorários (VRH) está fixado em R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real) para o mês de novembro.

TESES

**Título:** Firma e Quase-firma no setor industrial - o caso da petroquímica brasileira.

**Autor:** José Clemente de Oliveira.

**Resumo:** Esta tese procura demonstrar que a petroquímica percorreu grande período de sucesso, mas enfrenta dificuldades para prosseguir em sua trajetória de crescimento devido à estrutura de quase-firma em que a indústria está organizada. A indústria possui fragilidades que a impedem de ajustar-se com agilidade nos períodos como o atual, especialmente porque não dispõe de instrumentos de apoio adequados a seus problemas. Uma dessas fragilidades é a estrutura de quase-firma sob a qual se acha organizada a petroquímica brasileira, que a imobilizou durante todos os anos mais recentes de crise, período em que, internacionalmente essas empresas tentam reafirmar suas posições competitivas. Nesse quadro, a liberalização comercial sem ter em conta as práticas concorrenciais desleais é perigosa e o programa de privatização pode constituir grande equívoco se, ao invés de facilitar a necessária aglutinação que levaria ao surgimento de firmas com autonomia de crescimento, continuar introduzindo novos parceiros num quadro acionário já demasiadamente fragmentado.

**Banca:** Prof. João Carlos Ferraz (orientador), Prof. Eduardo Augusto Guimarães, Prof. Luciano Coutinho, Prof. Otaviano Canuto dos Santos Filho, Prof. Paulo Bastos Tigre.

JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON - IERJ - SINDECON - RJ

**Diretor Responsável:** Luiz Antonio Rodrigues Elias  
**Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielshowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira  
**Coordenação e Edição:** Frilas Serviços Jornalísticos Ltda. - Tel (021) 262-2832 - Tel/Fax (021) 262-7076  
**Editora e Jornalista Responsável:** Deolinda Sarajiva (MT-14109)  
**Editora Assistente:** Malu Machado  
**Reportagens:** Malu Machado  
**Estagiária de Jornalismo:** Daniela Lessa

**Fotografias:** Wania Corredo  
**Ilustrações:** Zope  
**Projeto Gráfico da Capa:** Dinho  
**Edição Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca  
Tel (021) 222-7367  
**Fotolito e Impressão:** Tipológica Comunicação Integrada - Tel (021) 224-1366

**Tiragem:** 20.000 exemplares  
**Periodicidade:** Mensal. As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das Entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.



# A Arte da Retórica

*Em entrevista ao Jornal dos Economistas, o cientista político Carlos Lessa, diretor IUPERJ, fala sobre a falta do poder de articulação dos recentes governos do País.*

*Lessa analisa ainda a nova composição do Congresso eleito e as perspectivas de futuras alianças partidárias.*

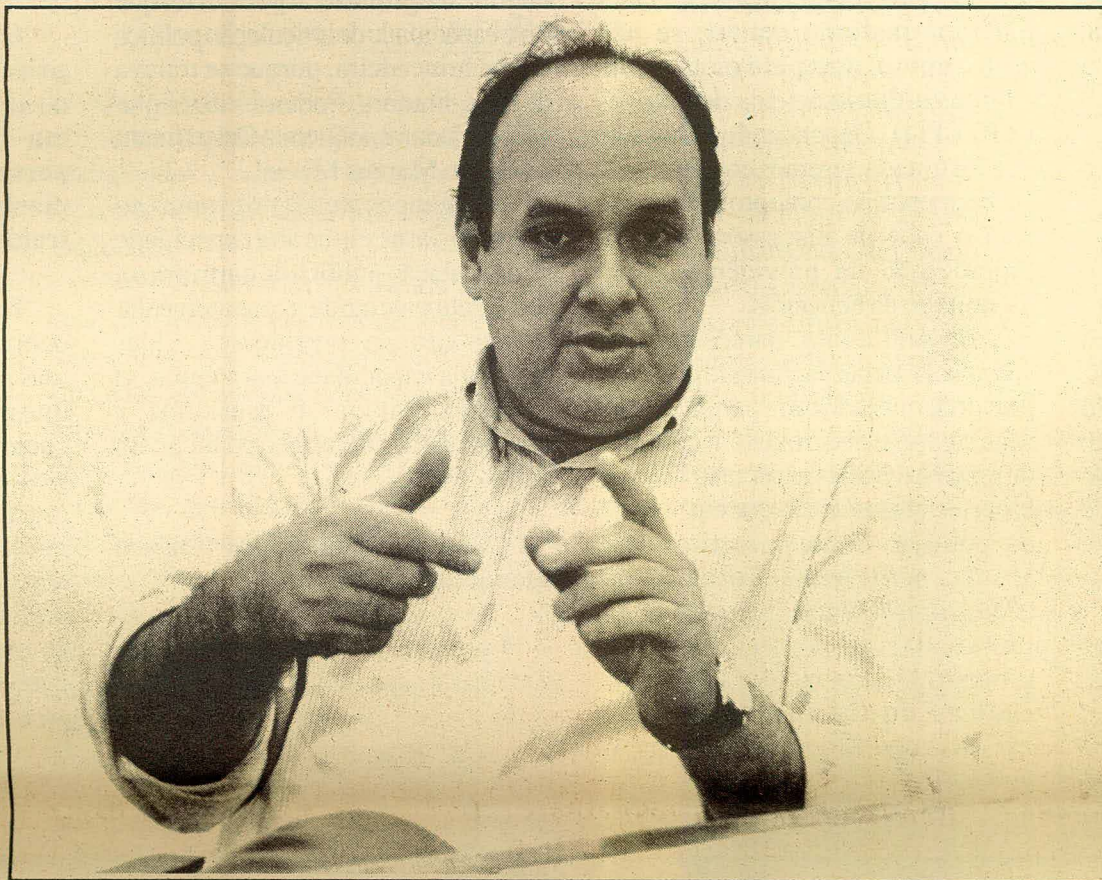
**Corecon: Como o sr. avalia a crise do Estado brasileiro?**

**Lessa:** Classicamente, essa ingovernabilidade está associada a incapacidade do governo de atender a uma certa demanda de parte da sociedade de uma forma irrimediavelmente possível. Essa discussão tem início nos anos 50 e vem alertar contra os riscos do excesso de participação. Uma sociedade bem ordenada é a que tem instituições capazes de distribuir sequencialmente essas demandas. Nos anos recentes e mesmo durante o regime autoritário, nós podemos dizer que tivemos um déficit de participação, ao contrário do que se supunha nos anos 50. O número de pessoas que procura a justiça, que busca de alguma forma os canais institucionais é pequeno.

Se não é o excesso de participação, a causa tem de ser outra. Como por exemplo, a incapacidade do Estado de realizar uma política de longo prazo, de estar preocupado apenas com uma política monetária. O governo fabrica a sua própria ingovernabilidade na sua desorganização interna. É um governo que não apresenta continuidade administrativa.

**Corecon: Os valores e as instituições de hoje são vistos com desprezo em contra-ponto ao que acontecia, por exemplo, nos anos 50 e 60. O que mudou?**

**Lessa:** As pessoas se cansaram de tentar entender o governo. O Estado é uma espécie de caixa preta, estranha. O cidadão comum não sabe o que acontece nele, os sucessores políticos não sabem, quem está lá também não, o pesquisador não o conhece. Isso faz com que se pense que o Estado não seja necessário, o que é um erro ingênuo. Nós temos que abandonar a idéia de que todo o mal vem do governo. A sociedade tem o seu lado perverso e não é capaz de resolver todos os seus problemas. A sociedade é o particularismo, a busca do interesse próprio. A sociedade é o morro do Alemão.



**"O Congresso é fragmentado porque ninguém tem maioria. O maior partido do novo Congresso soma apenas 20% dos votos. Para se ter 50% de uma votação serão necessários pelo menos cinco partidos"**

Aquilo ali é um tipo de sociedade possível que não apresenta Estado. E acontece quando o governo tira a polícia dali e não coloca nada no lugar.

**Corecon: Que alternativas existem para o governo?**

**Lessa:** Falta ao governo definir uma política de atuação e traçar o seu caminho, não deixando que aconteça o que ocorre diversas vezes, quando estipula certos mandos e depois descobre que não tem instrumento legal para isso ou que não tem uma boa estrutura de fiscalização. Isso é um retrato de um governo que não sabe o que pode fazer.

**Corecon: Qual seria uma tentativa de saída?**

**Lessa:** Acho que seria organizar o governo. Nosso governo é presiden-

cialista, o presidente deve ter mais poder de execução do que tem. Não torná-lo um ditador, mas aumentar seus poderes na sua estrutura de trabalho. No caso americano, o presidente tem uma assessoria formada por profissionais de carreira. Um escritório para cuidar do orçamento, outro para o desenvolvimento científico-tecnológico. Isto nutre o presidente de uma competente estrutura de informação, o que aumenta sua capacidade decisória.

**Corecon: Com o resultado das últimas eleições, que perfil terá o Congresso Nacional?**

**Lessa:** Terá um perfil muito bom. Compomos um sistema pluripartidário, temos oito partidos representados no Congresso, com um número razoável de micropartidos, todos eles com uma função clara dentro do sistema. São linhas auxiliares dos partidos maiores e capazes de carregar para o sistema político votos marginais, no sentido de despertar o interesse do cidadão que está à margem do sistema.

**Corecon: Existe uma corrente na sociedade favorável a criação de uma lei de exclusão para os partidos com menos de 5% dos votos, alegando que eles atrapalham o Congresso.**

**Lessa:** Não são esses partidos que fazem do governo uma coisa confusa. Não é porque o PC do B tem dez deputados ou o Prona tem um deputado que o Congresso é uma loucura. O Congresso é fragmentado porque ninguém tem maioria. O maior partido do novo Congresso soma apenas 20% dos votos. O segundo tem 17%, o terceiro 11%. Para se ter 50% de uma votação, serão necessários pelo menos cinco partidos. Se fizerem essa lei, nós vamos continuar com oito partidos no Congresso. As pequenas legendas não contribuem em nada para essa aparente confusão parlamentar. Nós passamos por essa eleição consolidando um sistema pluripartidário, a nossa sociedade é pluripartidária e o Congresso eleito representa o que essa sociedade é.

**Corecon: Ao falar em dar mais poderes ao presidente da**



**República, a prática disso passa por mudança na Constituição?**

**Lessa:** Rigorosamente não. Significa devolver ao presidente a capacidade de ação estratégica. Acredito que através de uma legislação ordinária seja possível que o executivo nomeie instituições como o IPEA, entre outras, para servir de assessoria. Trata-se de reorganizar o Estado com aquilo que já existe.

**Corecon: Então, o que falta ao governo é praticar a política?**

**Lessa:** Exatamente. Falta ao governo ter uma estratégia política com o Congresso. Olhar para o Congresso não como uma coisa doentia, patológica. Ali está a miniatura do Brasil. Goste ou não, o executivo tem de governar com aquele grupo de pessoas. O raciocínio tem de ser o de que se pode fazer com aquilo que se tem. Isso é capacidade política.

**Corecon: Que tipo de alianças são prováveis que surjam neste novo Congresso?**

**Lessa:** Não se pode esperar que tenhamos uma aliança permanente para

todas as questões, uma vez que não temos maioria de um único partido e os partidos mais numerosos são antagonistas em diversos pontos. Para algumas questões estratégicas do governo, poderemos assistir algumas alianças irremediavelmente estáveis entre PSDB, PFL e parte do PMDB. Em se tratando de uma política social, esses partidos poderão contar, se não com o apoio, mas pelo menos com a benevolência crítica de setores do PT e PDT. Dependendo da questão que for tratada, teremos concentração ou fragmentação, como provavelmente será o caso de discussões sobre a privatização da previdência ou o monopólio da Petrobrás.

Olhando assim, parece que são ações isoladas que facilmente podemos prever de que lado cada partido ficará. Mas, no meio disso existem milhares de cenários possíveis dentro de cada bloco de coisas. É aí que entra a arte da política. Como privatizar, que acordos serão feitos dentro do que cada grupo defende. E as coligações vão mudar de acordo com cada proposta levantada. O governo terá que manter a maioria, embora a cada questão um partido saia e outro entrará para substituí-lo.

**Corecon: Qual o melhor articulador político que o Brasil já teve?**

**Lessa:** Articulador não, mas organizador foi o Geisel, no sentido de que teve noção estratégica do governo, sabia o que se passava a sua volta e foi o último governo que teve políticas de médio e longo prazo. Agora, dizer que teve capacidade de articulação política é uma brincadeira, porque se tratava de uma ditadura. Podemos dizer que os articuladores políticos do Geisel foram o AI5 e o Marcos Maciel.

Nos tempos atuais, nós vemos no governo Sarney uma alta capacidade de articulação política de curto prazo, principalmente jurídica - para aumentar o mandato do presidente -, mas nenhuma capacidade estratégica. O governo Itamar só reassume a capacidade de articulação política com o Plano Real.

**Corecon: E quem foi o nosso grande articulador?**

**Lessa:** Jucelino ganha disparado. Getúlio foi muito bom articulador para viabilizar suas eleições. Mas, no dia-a-dia do governo foi Jucelino quem pacificou o Congresso, sindicalistas e

empresários. Fez uma política de médio e longo prazo. Nós estamos precisando, não de um novo JK, não se trata disto, mas de alguém com essa capacidade de articulador, de estrategista político. Você conta nos dedos estadistas no mundo que tiveram essa capacidade.

**Corecon: Supondo que a primeira discussão que veremos no novo Congresso seja a Reforma Constitucional, qual a sua perspectiva em relação a ela e a maneira como esse Congresso a tratará?**

**Lessa:** O meu receio é que ocorram no país uma série de reformas no sistema partidário e eleitoral que nos leve a retroagir no sistema que temos hoje. A tentativa de importar um sistema eleitoral de um país com moldes diferentes do nosso não me parece uma boa idéia. Nós temos um sistema avançado que pode ser melhor utilizado. Não precisamos de um modelo cujo os efeitos aqui ninguém pode prever. Dentro do que provavelmente será discutido na Reforma Constitucional, eu temo por esta questão.

**Fale com quem entende de Economia.**

**Anuncie.**

**Jornal dos Economistas**

Com tiragem de 20 mil exemplares, o Jornal dos Economistas, é dirigido a todos os profissionais do Rio de Janeiro. São economistas da iniciativa privada e de estatais, além de todas as faculdades de Economia do país. Sua mensagem será lida por quem forma opinião e participa ativamente dos destinos econômicos brasileiros.

Para anunciar: FRILAS - Representante exclusivo  
Rua das Marrecas 25, sl. 304 • RJ  
Tel (021) 240-4840 • Telefax 262-7076



# Diferenciais Inter-setoriais de Salários no Brasil

Armando Castelar Pinheiro\*  
Lauro Ramos\*\*

O mercado de trabalho pode funcionar tanto para revelar quanto para gerar desigualdades de renda entre os trabalhadores de diferentes setores de atividade econômica. Ele atua como revelador na medida em que os salários variam de um setor para outro em razão, por exemplo, da qualificação dos trabalhadores ser diferente entre eles. Ele gera desigualdade quando trabalhadores igualmente qualificados alocados em setores distintos percebem diferentes remunerações. A ocorrência deste segundo fenômeno está normalmente associada à presença de segmentação setorial no mercado de trabalho.

Avaliar a existência deste fenômeno na economia brasileira foi o nosso principal objetivo na publicação *Estudios de Economia*, editada em número especial de setembro de 1994, pela Universidade do Chile. Para isso, estimamos a razão entre o salário médio de cada setor e o de toda economia, primeiro diretamente e depois controlando para uma série de variáveis que refletem a qualificação do trabalhador e as características do seu posto de trabalho. À primeira medida dá-se o nome de diferencial de salário. À segunda denominamos prêmios salarial, por representar uma diferença salarial que não se deve a diferenças nos atributos produtivos dos trabalhadores ou da qualidade do seu emprego, uma vez que a variação setorial nestas dotações e características foram levadas em consideração na sua estimação (através do controle pelas variáveis correlatas).

Nossa análise mostra que no Brasil os diferenciais inter-setoriais de salários são bastante significantes e mais dispersos, por exemplo, que nos Estados Unidos. A redução da dispersão de salários que resulta na introdução de controles é bastante alta e proporcionalmente mais elevada que a observada em estudos para os EUA e a Suécia. Isto corrobora a idéia,

bastante difundida na literatura, de que o retorno às qualidades produtivas do trabalhador é maior nos países em desenvolvimento do que nos industrializados.

Nossos resultados mostram ainda que, em geral, os prêmios de salário são dados aos trabalhadores mais qualificados, que já se beneficiam das altas taxas de retorno de suas maiores capacidades produtivas. Assim, a dinâmica setorial do mercado de trabalho brasileiro reforça, ao invés de aliviar, a má distribuição de renda do País. A esse respeito, o trabalho mostra que os diferenciais de salário respondem por uma parcela significativa da desigualdade de renda do Brasil. Dependendo da agregação utilizada e do ano considerado, a contribuição dos diferenciais inter-setoriais de salários varia de 13,0 a 22,5% da desigualdade total, ficando atrás apenas de educação como variável explicativa da concentração de renda no Brasil..

Nossos resultados coincidem com os da maior parte da literatura em relação à robustez da estrutura setorial de salários, tendo sido obtidas correlações de ordem elevadas entre prêmios e diferenciais de salários para os três anos considerados no trabalho (1981, 1985 e 1990), para diferentes ocupações, assim como entre trabalhadores brancos e não-brancos. Esta evidência nos leva a descartar outras explicações para a existência de prêmios setoriais de salários, como diferenças não observadas na qualificação dos trabalhadores ou nos postos de trabalho, discriminação racial ou um excesso de demanda momentâneo por trabalhadores em certos setores. Além disso, não há indicações de que nem a maior capacidade de barganha dos trabalhadores com a abertura política, nem tampouco o fechamento e a posterior abertura do País às importações, tenham tido impactos significativos sobre a estrutura setorial de salários.

Refino de Petróleo, Instituições Financeiras, Transporte Aéreo e Extração de Petróleo são setores com

maiores salários da economia brasileira, assim como os que apresentam maiores prêmios de salários (ainda que neste caso a Extração de Petróleo passe a primeira da lista, mantendo-se a ordem dos demais setores). O que nos chamou a atenção a respeito destes setores é que são dominados por poucas firmas, intensivos em tecnologia, seus trabalhadores pertencem a sindicatos fortes, exceto por Instituições Financeiras, são intensivos em capital. Além disso, nos quatro setores, empresas estatais desempenham ou costumavam desempenhar um papel importante. De fato, os dois setores com maiores prêmios são monopólios estatais.

A estrutura de salários no Brasil, tanto antes como após controlar para os atributos dos trabalhadores e dos postos de trabalho, é muito similar à americana. Constatamos, porém, que em setores com maior participação das exportações os prêmios de salário no Brasil são maiores do que nos EUA. No Brasil, a média de salários ponderada pela participação nas exportações é 21% acima da média de mercado, em função de um prêmio médio de 15%. Segue daí que os prêmios de salário podem ser no Brasil, assim como nos EUA, um argumento em favor de políticas de promoção de exportações. Uma importante implicação destes resultados é que eles jogam por terra a idéia de que a competitividade dos países em desenvolvimento se baseia em alguma forma de *dumping* social. O salário médio no Brasil pode ser inferior ao dos países industrializados, mas as exportações são concentradas em setores de altos salários, de tal sorte que o seu crescimento tende a elevar o salário médio, e não o inverso, conforme preconizado por aquele argumento. Finalmente, nossos resultados revelam que, diferentemente do que ocorre com os países desenvolvidos, as importações brasileiras se concentram em setores com elevados prêmios de salários. Isto deixa aberta a possibilidade de que políticas de

substituição seletiva de importações levem a aumentos do bem estar do País.

Nosso trabalho serviu, acima de tudo, para constatar a importância da segmentação setorial no mercado de trabalho brasileiro. O que ele não faz, ou faz muito pouco, é, primeiro, analisar as possíveis causas deste fenômeno, e, segundo, avaliar suas conseqüências em termos de política econômica.

Em relação às causas, é possível identificar três grandes grupos. O primeiro é o dos diversos modelos de salário eficiência, que associam maiores salários a uma elevação da produtividade do trabalhador, daí resultando uma compatibilidade entre prêmios e um mercado de trabalho competitivo. O segundo é de natureza institucional, relacionando os prêmios, por exemplo, à legislação salarial ou trabalhista (salário-mínimo, FGTS, etc.). Finalmente, há um conjunto de explicações que relaciona os prêmios de salários à capacidade dos trabalhadores de firmas que atuam em mercados não competitivos de se apropriarem de parte das rendas auferidas de, por exemplo, seu poder de monopólio e/ou proteção tarifária.

Há três conseqüências principais da existência de prêmios que caberia examinar. A primeira diz respeito a uma análise mais detalhada sobre seus impactos distributivos, que, como já indicado, podem ser substanciais. A segunda diz respeito à concepção de políticas comercial e industrial estratégicas. Ao exportar produtos fabricados em setores com prêmios positivos (negativos), o Brasil se apropria de (transfere) rendas do (para o) exterior. Em terceiro lugar, se os prêmios refletem um comportamento não competitivo do mercado de trabalho, então eles levam a ineficiências alocativas no uso de fatores e na distribuição setorial da produção.

\* BNDES-Fea/UFRJ.

\*\* IPEA/DIPES - Univ. Santa Úrsula



# A reta final para

**N**a última década, a aceleração do esvaziamento econômico do Rio de Janeiro que se iniciou com a transferência da capital federal para Brasília e agravou-se com a má condução do processo de fusão dos Estados do Rio e da Guanabara vem pondo a nú duas características estruturais da economia fluminense que constituem sério e quase intransponível obstáculo no estilo tradicional de desenvolvimento econômico do nosso Estado: a excessiva concentração de recursos humanos, econômicos, financeiros e fiscais no Grande Rio, e a extrema vulnerabilidade da economia estadual às vicissitudes e agruras da política econômica federal.

Interiorização, descontração e diversificação econômica, em torno de vantagens competitivas dinâmicas e vocações específicas do Rio, com vistas a um novo estilo de desenvolvimento endógeno e independente são as diretrizes que nortearão as ações de governo a serem implementadas para permitir a retomada do desenvolvimento de taxas vigorosas.

1- Ações para a diversificação das atividades econômicas:

a) Programa de investigação, pesquisas e exploração sistemática da plataforma continental, região onde se encontram o Petróleo e o Gás Natural da Plataforma de Campos; pesquisa e exploração racional de seus recursos minerais, marinhos, pesqueiros e de aquicultura, que exigem equipamentos de tecnologia avançada, já produzidos em caráter piloto por empresas especializadas daqui do Rio a serem incentivadas. O Programa articulará investigações em curso pelos Institutos de Pesquisa da Marinha e da Petrobrás com o empresariado privado para desenvolver, em parceria, projetos de pesquisa e exploração sistemática desses recursos de enorme potencial econômico.

b) Fortalecimento da micro, pequena e média empresa, através do **Projeto Paraíso**. São necessários de 20 a 25 mil reais de investimento para gerar um emprego em uma grande empresa petroquímica, por exemplo. Com mil reais de investimentos, gera-se 1 emprego na microempresa. Com os mesmos recursos pode-se pois gerar de 20 a 25 vezes mais empregos neste programa do que em grandes projetos industriais; programas para habilitar micro e pequenas empresas a fornecer materiais de consumo ao governo, em até 30% dos seus gastos para aproveitar iniciativa pioneira do Rio neste sentido; reforço aos programas de isenções fiscais e desburocratização para agilizar a formalização e registro de micro e pequenas empresas.

c) Implantação de **Projeto Rio Paraíso Cultural**. As atividades culturais geram, no Rio de Janeiro, mais empregos do que a indústria de construção naval. Forte impulso de

mercado a estas atividades será promovido através da criação do **Rio Vale Cultura** que, à semelhança do vale-refeição, restabelecerá um poder de compra específico e significativo para a aquisição destes bens culturais pelos assalariados, com a vantagem de recolocar nas mãos do povo a escolha da atividade cultural a ser promovida. O **Rio Vale Cultura** gera fundos de recursos significativos para financiar atividades culturais a serem especialmente estimuladas e patrocinadas pelo governo.

d) **Projeto Rio Centro Financeiro e Turístico Internacional**. Transformar o Rio em Centro Financeiro e de Turismo, com alteração na legislação para permitir operações internacionais de empresas brasileiras em mercados internacionais, a taxas flutuantes e operações ativas de bancos brasileiros com moeda forte, no Rio de Janeiro; apoio ao projeto de criação do Centro de Comércio Mundial no Rio de Janeiro; integrar estas atividades como o turismo, aproveitando à capacidade hoteleira existente e adequando-a a eventos empresariais internacionais.

e) Promoção dos setores industriais de tecnologia de ponta. O principal centro universitário de ensino e pesquisa do País, com impressionante conjunto de centros e institutos de pesquisa e tecnológica, o Rio dispõe de recursos humanos altamente qualificados para desenvolvimento de setores industriais de tecnologia de ponta a serem estimulados; projetos para permitir a criação de interface entre a oferta de pesquisas destes centros e a demanda empresarial por tecnologias avançadas serão promovidos, inclusive, com o desenvolvimento das "encubadoras de empresas" de alta tecnologia, ainda embrionárias no Rio.

f) Promoção do Turismo interno e internacional; articulado com o **Projeto Paraíso Cultural**, promover a atração turística aos balneários do interior e do litoral, pela coordenação de calendário de eventos culturais fora da estação, com pacotes turísticos para redirecionar o fluxo para estas regiões, promovendo a elevação da taxa da ocupação do equipamento hoteleiro e da infraestrutura existente; promoção do artesanato nos balneários e treinamento de mão-de-obra local para serviços de apoio turístico, evitando que os complexos hoteleiros permaneçam, como verdadeiros "enclaves econômicos", sem gerar qualquer benefício para a economia local; coordenar investimentos e medidas de proteção dos recursos técnicos e paisagísticos do Estado e promover campanhas destinadas a disputar com outros centros turísticos do País e do exterior, a preferência do turista, hoje cobiçado internacionalmente.

2- Ações para a interiorização das atividades econômicas:

a) Planejamento Orçamentário Regional e Participativo. Adotar

experiências bem sucedidas no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, onde um percentual do orçamento estadual é destinado as regiões interioranas que aplicarão estes recursos segundo decisão de Conselhos Regionais Intermunicipais, constituídos pelos prefeitos municipais e lideranças dos setores organizados da sociedade civil regional. Este tipo de planejamento além de democratizar a aplicação dos recursos públicos será instrumento promotor do desenvolvimento endógeno de cada região.

b) Modernização Agrícola e Abastecimento Alimentar. O Rio é hoje importador líquido de produtos agrícolas, em particular de alimentos. Contudo, conta com micro-climas favoráveis à produção de hortifrutigrangeiros, inclusive de clima temperado, atividades agrícolas capazes de se justificar economicamente, dado o alto preço das letras no nosso Estado. Sua precibilidade, contudo, coloca o produtor em desamparo diante dos "atravessadores e intermediários"; sistema de garantia de preço mínimo firme ao produtor, utilizando o poder de compra da demanda institucional do governo, no abastecimento a escolas, quartéis e hospitais, será implantado, com investimentos mínimos; fomento às Cooperativas de Produtores, abrindo novos canais de abastecimento pela consolidação dos circuitos alternativos de comercialização através da expansão de programas como sacolões, varejões, frango popular da roça para a rocinha.

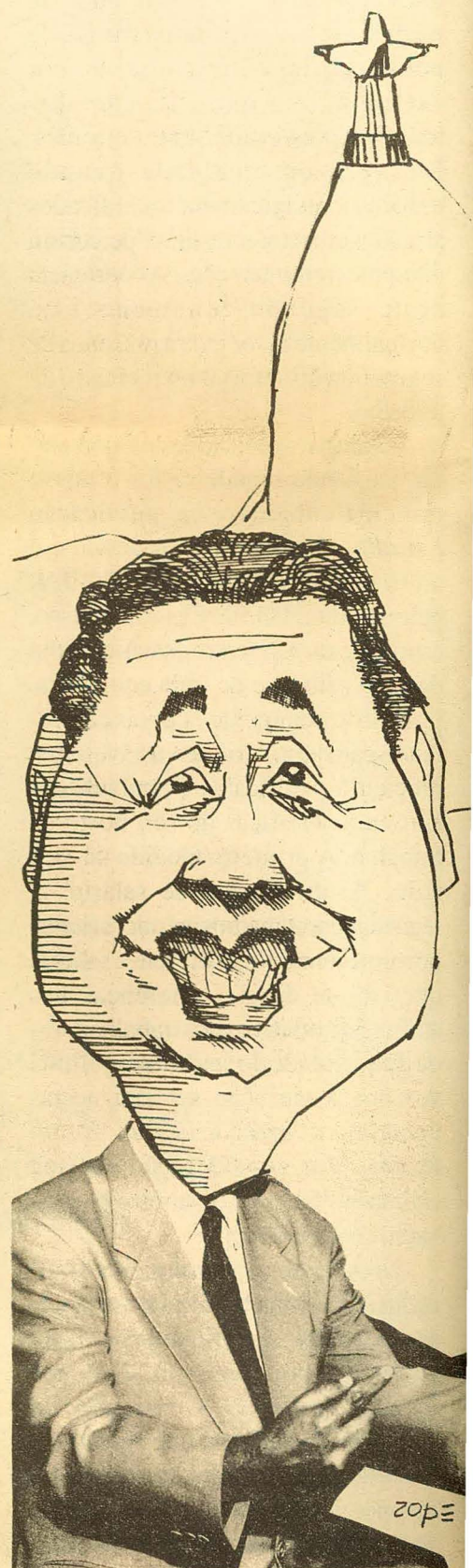
c) Revalorização do Espaço Rural. Promoção do binômio alimentos-energia em fazendas integradas, com linhas de produção de alto valor agregado e mão-de-obra intensiva; implantação de projetos de irrigação, microdrenagem, reflorestamento e incentivo a novos cultivos; pavimentação, melhoria e construção de estradas vicinais e pontilhões a partir dos novos eixos viários (linhas vermelha e amarela) para escoamento da produção agrícola e pecuária; eletrificação rural.

d) Legalização da Economia Informal. Legalizar o comércio ambulante construindo shoppings populares em locais de grande fluxo populacional, oferecendo infraestrutura digna, com galpões cobertos, sanitários, balcões simples para ordenação do uso do espaço urbano para este tipo de comércio informal; criação de cargo de instrutor-artesão para apoiar as atividades autônomas, formando núcleos de produção e transformando camelôs em comerciantes legais e legítimos.

e) Programa de Redução de ICMS pela Distância. Redução progressiva do ICMS para atividades econômicas e empresas, em função da distância em que se localizam do centro do Grande Rio de forma a estimular fiscalmente o processo de desconcentração econômica.

**ANTHONY GAROTINHO**

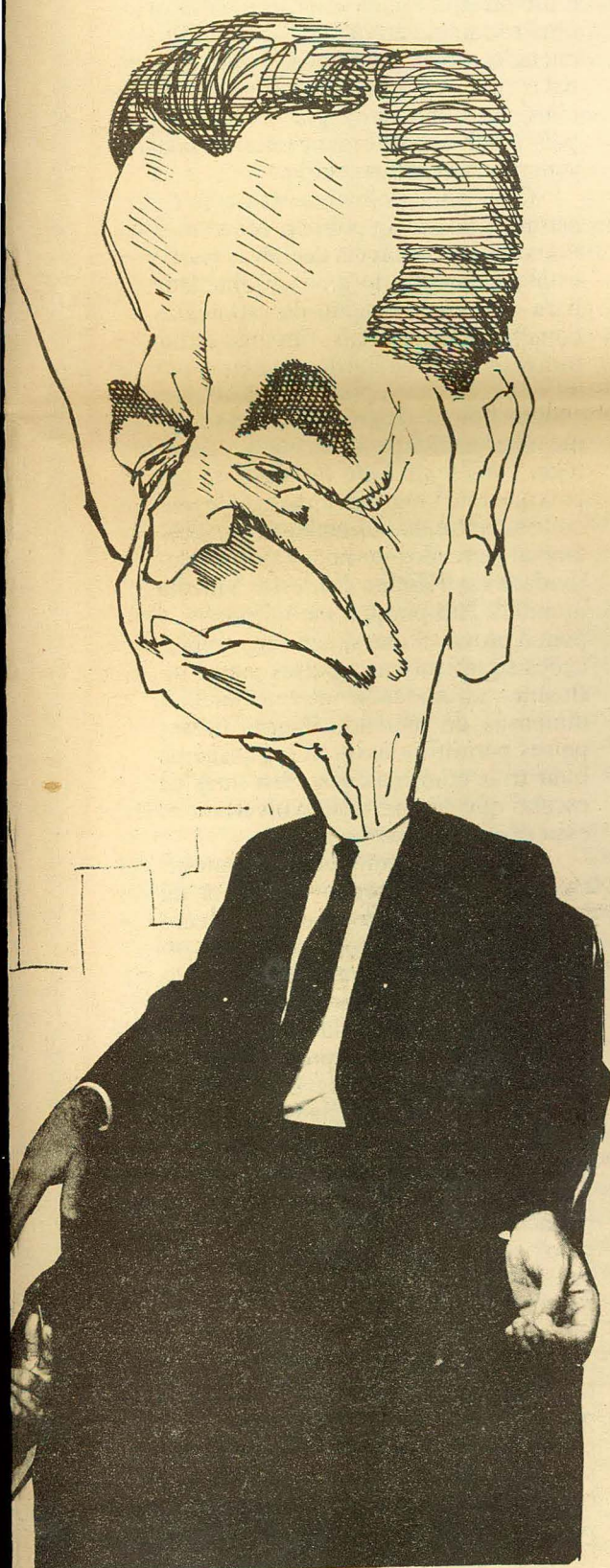
*Adotando o critério de ordem  
abre espaço para que Am  
descrevam suas princí  
do Rio de Janeiro, c  
Nas mãos de um d  
o estigma de Estado fa  
Com a palavra, os ca*





# o Governo do Rio

*alfabética, o Jornal dos Economistas  
ny Garotinho e Marcello Alencar  
s metas para reerguer o Estado  
o eleitos em 15 de novembro.  
dois, o destino de modificar  
o que há tempos o Rio carrega.  
dados ao cargo de Governador.*



**P**ara a retomada do desenvolvimento, o nosso Programa de Governo considera alguns pontos estratégicos.

O Governo Estadual deve operar a articulação de ações da União Federal, do Governo do Estado e dos Governos Municipais, dentro dos objetivos estratégicos de desenvolvimento, consolidados e legitimados pela vitória nas urnas. As diferenças políticas não poderão se constituir em obstáculo para que o interesse do Estado prevaleça.

Por sua vez, a representação política e empresarial do Estado do Rio, independente de ideologia partidária, será mobilizada permanentemente na defesa dos interesses do nosso desenvolvimento econômico, oferecendo o Governo Estadual toda sorte de dados e informações acerca do cotidiano das ações federal, estadual e municipais que fundamentem e enriqueçam as ações políticas exigidas.

Daremos a maior importância a questão da Segurança do cidadão, em seu sentido mais amplo e democrático, bem como à ordem exigida para o pleno exercício do poder democraticamente eleito, por representarem exigência fundamental a qualquer possibilidade de convivência civilizada e garantia de cidadania, atingem, neste momento da vida do Estado do Rio de Janeiro, a situação limite. O terror instalado oprime tanto as populações forçadas a viver em conglomerados sub-humanos, como as camadas médias e abastadas em nossa sociedade. Como fator decisivo na formação de bases para decisão de investimento, a segurança receberá do nosso governo, tratamento privilegiado, buscando-se solucionar de forma definitiva em nosso Estado, cada uma das diversas questões envolvidas do problema.

A máquina pública estadual também passará por total reformulação, com objetivo de ajustá-la em forma e tamanho, às exigências de gestão eficaz e valorização do trabalho do funcionário e do respeito do contribuinte pelo serviço público.

Temos consciência de que o declínio relativo do Estado do Rio constitui tendência que se prolonga desde o término da 2ª Guerra Mundial e que seria, portanto, descabido pretender-se compensar seus efeitos no curso de apenas um mandato do Governo Estadual.

O que o nosso governo se compromete é a REVERTER a tendência declinante. Acredita no poder mobilizador que os primeiros sinais da reversão deverão gerar nas forças sociais do Estado, a exemplo do significado da nossa gestão para a recuperação da cidade do Rio de Janeiro.

Não aceitamos a formulação liberal de que o simples funcionamento dos mecanismos de mercado sejam capazes de promover o desenvolvimento social. Consideramos que o crescimento econômico puro é eticamente inaceitável. Assim como não há viabilidade num desenvolvimento social sem a contrapartida econômica. Rejeitamos tanto o distributivismo puro do populismo, quanto o radicalismo irresponsável de orientação ideológica, ambos em conflito direto com o desenvolvimento econômico, meta da social democracia.

Consideramos, danosa e equivocada a visão curta do administrador estadual que, paralisado pelas funções eminentemente sociais do Estado, ignora o papel crucial do crescimento econômico.

Em São Paulo, o desenvolvimento econômico pode fluir espontaneamente das políticas nacionais, deixando o administrador estadual se concentrar nas suas tarefas específicas. Todavia, a experiência do Estado do Rio de Janeiro, desde a mudança da Capital, já se prolonga por quatro décadas e exige mudança de postura.

Consideramos extremamente limitados os instrumentos de ação direta no desenvolvimento econômico colocados sob a gestão dos administradores estaduais. No entanto, a ninguém melhor que o Governador compete a tarefa de comandar o processo, obtendo o tipo adequado de comportamento do Governo Federal e da Iniciativa Privada.

A absorção de setores de rápido crescimento a nível nacional é ponto fundamental já demonstrado na experiência dos programas de desenvolvimento regional bem sucedidos. Identificados estes setores, a busca de regiões com facilidades locais correspondentes será fator decisivo a uma política de desenvolvimento baseada nas vocações regionais de nosso Estado. A interiorização do desenvolvimento será um dos pilares de ação do nosso governo.

A atração de atividades identificadas para o nosso território, através de ações diretas próprias, de reivindicações junto ao Governo Federal e da oferta de condições favoráveis à empresa particular compõem o elenco de ações políticas e administrativas que se apoiarão em instrumentos adequados e posturas próprias, entre as quais, consideramos fundamentais:

- A atuação voltada para a iniciativa privada, de um órgão de assessoramento e identificação de oportunidades, nos moldes de Agência de Desenvolvimento do Rio de Janeiro, AD-Rio, aperfeiçoada e sustentada política, econômica e financeiramente de modo permanente com o Governo Federal e seus órgãos

decisórios principais, operando a partir de estatuto consensual das forças políticas do Estado, criar-se o Escritório de Defesa do Rio de Janeiro; em Brasília, articulado permanentemente com toda a representação política Estadual, bem como com nossas Administrações municipais, em ligação permanente com os órgãos e representações das classes produtoras do Estado do Rio de Janeiro. Será sempre presidido pelo governador de Estado.

Consideramos que nos planos de investimento de nosso governo não se poderá minimizar o fato de que o primeiro básico do sucesso da política de desenvolvimento a ser implementada em nosso Estado, consiste em disputar atividades produtivas com outros Estados. Daí a importância de que, com respeito à nossa infra-estrutura, o nível de atendimento no RJ iguale ou supere o oferecido por nossos concorrentes.

Por outro lado, constatamos a necessidade de formação de parcerias táticas com unidades da federação a fim de promover o desenvolvimento de regiões distintas de nosso Estado, estabelecendo alianças estratégicas com os Estados de São Paulo (Sul Fluminense), Minas Gerais (Serrana e Noroeste) e Espírito Santo (Norte).

A necessidade de superação do erro histórico de não termos criado o nosso ABC, impõe a integração do vasto contingente de nossa população que habita a Baixada Fluminense em programa de desenvolvimento econômico que articule a infra-estrutura disponível na região, como o Porto de Sepetiba, as ferrovias da RFFSA, a Via Dutra e a Refinaria de Petróleo de Duque de Caxias, entre outras facilidades existentes.

Para a interiorização do desenvolvimento, consideramos, também, como estratégia, a identificação de bases produtivas ampliáveis, representadas por experiências empresariais bem sucedidas em cada região do Estado. Na avaliação de possibilidades de reprodução dos modelos que lhe serviram de base, considera-se necessária a permanência de clima de íntima colaboração do Governo do Estado com as administrações municipais e órgãos de classe como FLUPEME e SEBRAE, em convergência com as ações da Agência de Desenvolvimento do Rio.

Com base nessa formulação estratégica, foram elaborados as propostas que constituem o nosso Programa de Governo para as diversas áreas de atuação, consagrando a integração das várias políticas públicas como a forma mais eficaz de potencializar os resultados dos esforços do Governo Estadual.

**MARCELLO ALENCAR**



# Abertura econômica, protecionismo e liberalização comercial

Luiz Carlos Delorme Prado\*

**E**m poucos campos da teoria econômica há tanta defasagem entre os princípios teóricos dominantes e a política econômica efetivamente praticada como a Teoria do Comércio Internacional. O ideal do livre comércio, embora dominante nos meios acadêmicos e aceito pelas elites empresariais dos principais estados modernos, não implicou na generalização de políticas de liberalização comercial durante a maior parte do século vinte.

Um dos fatores que explica essa defasagem é o fato de que políticas comerciais nunca são neutras. Estratégias de liberalização comercial ou de proteção a produtores domésticos implicam em transferências de renda que beneficiam alguns setores e prejudicam outros. Por isso, o que levam os governos a implementá-las não é algum princípio acadêmico, provado pela excelência de trabalhos científicos. A vitória de certas idéias é a vitória de certos grupos políticos.

A introdução de uma dimensão política no debate teórico de economia internacional é, portanto, essencial para compreensão da dinâmica das políticas nacionais de liberalização tarifária e de proteção comercial. O estudo das relações entre economia e política no âmbito das relações internacionais é o objeto de estudo da nova disciplina da Economia Política Internacional.

Dadas essas premissas, sustentamos neste artigo duas proposições. Primeiro, abertura comercial e liberalização comercial são conceitos distintos, aquele depende de fatores estruturais tal como extensão territorial e tamanho da população, enquanto esta depende de estratégias econômicas nacionais em determinadas condições internacionais. Segundo, a idéia que a economia mundial no pós-guerra é caracterizada por crescente liberalização e desregulamentação do comércio internacional é falsa, sendo que, ao contrário, a economia internacional é caracterizada por crescente organização do comércio internacional, a partir dos interesses dos países industriais avançados.

## Abertura econômica e liberalização comercial: considerações sobre a Teoria das Estruturas Econômicas Internacionais

O conceito de abertura econômica tem sido com frequência definido precariamente na literatura econômica. Em recente survey sobre a literatura de política comercial de países em desenvolvimento, Edwards (1993; p.1364-1365) mostrou que expressões como liberalização comercial e orientação comercial para fora (**outward trade orientation**) têm sido empregadas com significado muito distintos.

Neste trabalho, definimos abertura como a importância econômica relativa do setor externo. A partir dessa definição pode-se medir a abertura comercial pela razão  $(X + M)/\text{PIB}$ , (sendo  $x$  = exportações;  $m$  = importações, e  $\text{PIB}$  = produto interno bruto) - quanto maior essa razão mais aberta será uma economia, isto é, maior será o grau de integração da economia doméstica à economia mundial.

Abertura comercial não está necessariamente relacionada com a liberalização comercial. Liberalização comercial é o processo de redução de barreiras tarifárias ou não tarifárias ao comércio exterior. Uma economia pode ter comércio liberalizado e ser relativamente fechada. Uma economia comercialmente aberta pode ter política comercial pouco liberal.

O principal fator que determina o grau da abertura comercial de um país é o tamanho da sua economia doméstica. Isto é, grandes países, com grandes

populações, oferta elástica de recursos naturais e grande extensão territorial tendem a ser relativamente menos abertos que pequenos países, com pequenas populações, poucos recursos naturais e extensão territorial reduzida. Entre esses dois extremos, há todo um conjunto de combinações que indica o grau de abertura mais provável de um país.

Nesse sentido, nem o Brasil nem os Estados Unidos são economias abertas. Enquanto em pequenos países como a Holanda ou Formosa o crescimento econômico está diretamente ligado a uma crescente abertura econômica, isto não acontece necessariamente em grandes países. No caso norte-americano, uma economia muito fechada, o crescimento econômico no século XX se deu com grau de abertura relativamente constante. No caso brasileiro, o crescimento econômico e a diversificação da economia doméstica levou a um menor grau de abertura comercial (ver tabela I)

Tabela I - Grau de Abertura Econômica - Países Selecionados					
	1900	1913	1950	1973	1987
<b>GRUPO I - Grande população, grande extensão territorial</b>					
EUA	5.6	4.5	3.6	6.5	5.9
Brasil	26.8	17.8	7.3	4.6	5.7
Índia	5.0	7.5	3.4	2.6	2.0
China	1.2	2.0	2.9	1.5	2.1
<b>GRUPO II - Grande população, pequena extensão territorial</b>					
Japão	1.2	3.0	2.8	9.8	15.2
Reino Unido	19.1	26.8	16.7	20.4	26.3
Alemanha	23.3	35.6	7.7	30.3	41.0
França	8.7	11.4	11.1	21.8	24.6
Coréia	1.1	2.2	0.8	10.6	20.4
<b>Grupo III - Pequena População, pequena extensão territorial</b>					
Suécia	15.2	33.4	21.5	42.5	48.3
Holanda	18.5	24.8	17.5	57.5	66.6
Formosa	3.7	7.4	7.3	30.1	43.3
Suíça	31.2	35.7	15.5	33.6	45.6
Chile	16.8	176	9.0	6.8	16.3

Fonte: Calculado pelo autor a partir do Quadro D.4-D.5, Apêndice D e Quadro A.2 de Maddison, 1992. Nesta tabela usa-se a relação exportação/PIB para medir o grau de abertura, e não (exportação + importação)/PIB. As exportações foram calculadas com preços constantes para 1980. O PIB baseia-se nos cálculos de PPP das Nações Unidas e da OECD, com preços em dólares internacionais, de 1980. Para 1987 o cálculo baseou-se em exportações de 1986 e PIB de 1987.

A tabela I mostra a razão entre as exportações o PIB, como um proxy do grau de abertura comercial, para três grupos de países: no grupo I, países de grande extensão territorial e grande população; grupo II, países de pequena extensão territorial e grande população; e grupo III, países com pequena extensão territorial e pequena população. Esta tabela indica que países de grande extensão territorial e grande população são economias fechadas, isto é, o peso econômico das exportações é pequeno com relação ao PIB. As economias de pequena extensão territorial e pequena população são as mais abertas. As eco-

nomias de grande população e pequena extensão territorial ficam numa posição intermediária.

Por outro lado, a liberalização do comércio exterior depende de fatores distintos daqueles que determinam o grau de abertura. A estrutura econômica internacional e a posição que nela ocupam os estados nacionais determinam as restrições e oportunidades que orientam a formulação das estratégias comerciais de distintos países.

Segundo a versão de Lake da Teoria das Estruturas Econômicas Internacionais, a estratégia comercial tem duas dimensões (Ver figura I). A primeira

dimensão é a orientação comercial, que indica a influência das forças de mercado que um país está disposto a aceitar nos seus fluxos de comércio. Uma orientação liberal implica baixo nível de regulamentação sobre esses fluxos. Uma orientação protecionista implica regulação dos fluxos comerciais pelos estado nacional, através de mecanismos cambiais, tarifários, não tarifários, negociais, etc... A segunda dimensão é o grau de atividade política que um país está disposto a realizar para influenciar a ordem econômica internacional. Em uma estratégia ativa o país tenta influenciar a ordem econômica internacional e a política de seus parceiros comerciais. Em uma estratégia, passiva um país reage a essa ordem internacional sem procurar influenciá-la.

O tamanho do mercado interno e a estrutura da ordem político-econômica mundial são variáveis decisivas para o estabelecimento do grau de liberdade para o estabelecimento de estratégias comerciais de um país. Em uma estrutura econômica mundial dominada por um líder hegemônico e por uma ordem econômica liberal, determinados países terão no protecionismo sua melhor estratégia comercial. Este é o caso de um país que tem uma pequena participação no comércio mundial, embora com substancial mercado interno, e cuja a produtividade do trabalho é inferior à média mundial. Isto porque, em tal ordem, é pouco provável que sejam feitas retaliações significativas a países pouco influentes no mercado internacional. A dimensão do mercado interno desses países permitiria assim a expansão de indústrias com retornos crescentes de escala, que não se desenvolveriam se essa economia fosse aberta.

Economias com mercado doméstico pequeno não podem empregar tal estratégia. Independente da ordem econômica mundial, tais economias dependem dos fluxos externos de mercadorias para sua oferta doméstica e como mercado para suas indústrias. Mesmo numa ordem mundial protecionista, a melhor alternativa para esses países seria uma estratégia comercial liberal.

Países com participação mais elevada no comércio mundial têm menos margem de manobra do que países de pequena importância nesse comércio, pelos efeitos contraditórios da sua capacidade de afetar fluxos comerciais e preços internacionais. Por um lado, esses países ganhariam com a imposição de tarifas ótimas. Isto é, um aumento da tarifa de um país com participação expressiva no mercado mundial reduz a demanda internacional desse produto, reduzindo seu preço. Nesse sentido, a tarifa captaria essa redução de preço para a economia importadora. Por outro lado, a capacidade desses países de impor perdas expressivas em seus par-



Figura 1 - As duas dimensões da Estratégia Comercial e suas características

Orientação Comercial	Liberal	Tarifas Baixas Não negociáveis e Não discriminatórias	Tarifas Baixas, Negociáveis e Discriminatórias
	Protecionista	Tarifas altas, Não negociáveis e Não discriminatórias	Tarifas Altas, Negociáveis e Discriminatórias
		Passiva	Ativa
Grau de atividade Política Internacional			

ceiros comerciais poderia estimular a retaliação desses. Os países prejudicados tenderiam a procurar formas de anular ou reverter os prejuízos causados pela ação de seu parceiro comercial. Portanto, dependendo da extensão e da natureza dessas retaliações, os benefícios da ação **free rider** desse país poderiam ser nulos ou negativos.

Um outro exemplo de estrutura econômica internacional é um mundo sem uma clara liderança hegemônica no comércio internacional, isto é, formado de países de importância média para os fluxos de comércio internacional. Nessas circunstâncias, uma liderança coletiva pode ser desenvolvida. Entretanto, essa ordem é mais instável do que no caso anterior.

Uma ordem econômica liberal nesse caso depende da política de retaliação de cada uma dessas potências de importância média. Isto é, os países agiriam como num jogo interativo na forma do Dilema do Prisioneiro. Como políticas comerciais e o sistema de tarifas são revisadas continuamente, qualquer tentativa de um país de se beneficiar da ordem liberal, sem contribuir com ela (comportamento **free-rider**), pode ser punida com retaliação. Nesse sentido, o interesse nacional desses países levaria a uma estratégia de cooperação, embora essa fosse menos desejável do que uma conjunção de protecionismo doméstico e ordem liberal internacional.

### O GATT e a Organização do Comércio Mundial

A história do sistema de comércio internacional no pós-guerra mostra três características que não podem ser ignoradas pelos formuladores da política comercial dos países em desenvolvimento. Primeiro, uma ordem econômica liberal nas relações econômicas internacionais nunca foi implantada nesse período. Segundo, a ordem econômica internacional liberal, que deveria ser implementada através de negociações multilaterais no pós-guerra, foi bloqueada pelos países industriais avançados, que recusavam aceitar regras liberais nos setores em que não eram competitivos. O GATT, como o único fórum das negociações multilaterais, no sistema de Bretton Woods, assegurou a organização do comércio internacional em benefício dos países industriais avançados, sendo que essas negociações nunca defenderam os interesses dos países em desenvolvimento, mas, ao contrário, legitimaram as ações protecionistas dos países desenvolvidos.

O GATT foi um filho bastardo de Bretton Woods. Este era um dos vários acordos que deveriam ser negociados

no contexto da Organização Mundial do Comércio (ITO - **International Trade Organization**), cujas regras foram estabelecidas pela Carta de Havana em 1947. No entanto, o Congresso norte-americano nunca ratificou este documento, levando a morte no nascedouro da ITO e a manutenção do GATT, que deveria ser um acordo provisório, como a principal instituição reguladora do comércio internacional.

Os dois princípios fundamentais do GATT - não discriminação e reciprocidade nas concessões - eram uma herança do sistema norte-americano de negociações tarifárias.

Esses princípios acarretavam um problema: eles presumiam que os parceiros comerciais estavam em posições similares. As regras de negociação agravavam esses problemas. Pelas normas do GATT, as negociações deveriam se iniciar bilateralmente por requisição, e não por oferta - somente o maior país importador poderia requisitar reduções tarifárias de um país exportador. Então, na base do princípio de não-discriminação, as vantagens auferidas seriam estendidas para os outros membros.

O princípio de reciprocidade, uma regra fundamental de negociação, tinha uma definição que prejudicava os países em desenvolvimento - essa era definida como uma redução tarifária que afetava um volume equivalente de importação. Dessa forma, os principais exportadores mundiais determinavam as prioridades e os limites das negociações. E, finalmente, a relação entre comércio e desenvolvimento era tema de reduzida importância nas negociações do GATT.

Os princípios do GATT, que deveriam ser seguidos compulsoriamente por todos os países signatários, eram aplicados com rigor quando os interesses dos países em desenvolvimento estavam em questão, mas de forma flexível quando o interesse a ser defendido era o dos países industrializados.

Os casos mais evidentes desse tratamento discriminatório são os da agricultura e o de produtos têxteis. No primeiro caso, ainda na década de 1950, quando os EUA tinham uma balança comercial em produtos agrícolas altamente favorável, esse país impôs quotas à importação de produtos como açúcar, queijo e carne. Embora barreiras não tarifárias eram expressamente proibidas pelo GATT, os EUA receberam permissão (**waiver**) do GATT para considerar esse caso como exceção. Quando os países em desenvolvimento ficaram competitivos em têxteis, os países industriais excluíram esses produtos das regras do GATT. O ressurgimento de políticas protecionistas contra os países em desenvolvimento foram introduzidas na agenda do GATT em 1959, quando

os EUA abriram a discussão sobre deslocamento (ou ruptura) de mercado (**market disruption**), por ocasião de uma aceleração do crescimento das importações de países com baixo salários. A nova Organização Mundial do Comércio que vem substituir o GATT herdou também desde sua concepção, o mesmo tratamento discriminatório aos interesses dos países em desenvolvimento que caracterizou o GATT.

O comércio internacional do pós-guerra seguiu padrões que não eram previstos pelas teorias de comércio internacional. Os fluxos comerciais não levaram a especialização e equalização dos preços dos fatores internacionalmente. O aumento do comércio mundial não se deu entre países com grandes diferenças na dotação de fatores e na estrutura de custos. O crescimento do comércio deu-se em indústrias cuja a natureza da competição não dependia apenas de preço, mas de características estranhas a teoria pura do comércio internacional, tais como diferenciação de produtos, tecnologia, etc. O comércio dinâmico no pós-guerra foi o comércio intra-industrial e não interindustrial como propunha a literatura acadêmica. Na verdade, em todos os casos que se aproximavam das condições de especialização, - em vistas de condições como diferenças nos custos de fatores - e de competitividade - devido a grande número de produtores de produtos indiferenciados - previstas nos pressupostos da teoria pura de comércio internacional, houve grande resistência dos países industriais à liberalização do comércio.

O sistema de comércio do pós-guerra nunca foi comprometido com o livre comércio. Os interesses nacionais sempre nortearam a política de relações econômicas internacionais dos principais países industriais. Os argumentos da literatura econômica liberal, embora assumidos como doutrina oficial desses países, sempre foram implementados seletivamente. Isso é particularmente evidente no argumento do deslocamento de comércio - os países industriais alegam ter de impor barreiras tarifárias para países com grandes disparidades de custos de trabalho para não destruir sua indústria nesses setores. Mas, segundo a teoria pura do comércio internacional, a especialização, devido a custos de fatores inicialmente diferentes, é uma das características de uma ordem econômica liberal. Neste caso, a doutrina oficial é ignorada, o argumento relevante é a defesa dos empregos domésticos, a despeito dos imensos prejuízos aos países menos desenvolvidos e seus trabalhadores. Defende-se uma ordem liberal, mas essa ideologia não pode ser aplicada tão cruamente a ponto de prejudicar interesses os quais ela deveria proteger. Esta é a essência do poder.

### Conclusão: Lições da Experiência Internacional para a Liberalização Comercial Brasileira Recente.

A liberalização comercial brasileira é um passo importante na constituição

de um novo projeto de desenvolvimento nacional. Esta é possível porque o Brasil foi bem sucedido na sua estratégia de industrialização no pós-guerra. As tentativas de liberalização comercial no Brasil fracassaram anteriormente menos por desvios protecionistas dos governos brasileiros, mas por dificuldades objetivas ligadas a crônica fragilidade externa do Brasil, e portanto, pelo custo econômico e político de sua implementação.

Nosso País tem hoje uma estrutura de exportações diversificada, e suas importações são fundamentalmente de bens de capital, matérias-primas e bens intermediários. A expansão da importação de bens de consumo pode servir para o controle de pressões inflacionárias e para diversificar a cesta de consumo doméstica.

Entretanto, se a implementação dessa liberalização for ideológica e não pragmática, corremos sérios riscos. A liberalização comercial não pode ameaçar setores importantes da indústria nacional. Esta deve levar em consideração que o mercado internacional de várias indústrias é fortemente protegido, subsidiado ou administrado. Por exemplo, o mercado de produtos têxteis não pode ser considerado como um mercado livre. Sua liberalização deve levar em conta os efeitos positivos da redução de preços domésticos, mas também os efeitos negativos sobre empregos. O mercado de medicamentos e suas matérias-primas é fortemente controlado por um pequeno grupo de grandes empresas a nível internacional, esse mercado tem de ser administrado a partir dos interesses nacionais, e não por ilusões de livre comércio. A importação de automóveis, e seus componentes, deve crescer apenas o suficiente para que os investimentos nessa indústria sejam estimulados, e não bloqueados - nem os Estados Unidos nem a União Européia permitem a importação sem limites de automóveis. Finalmente, liberalização econômica tem de ser acompanhada por políticas industriais que estabeleçam seu papel e seus limites.

A liberalização comercial brasileira não pode pretender que o Brasil tenha o grau de abertura comercial de um pequeno país como a Holanda ou como o Chile. Nossos parâmetros devem ser os grandes países continentais: os EUA, a China, a Rússia e a Índia. Por outro lado, como os principais países industriais, sejam os EUA, a Alemanha, o Japão ou a França, não temos porque nos sujeitar a doutrinas econômicas se essas não correspondem aos nossos interesses. Já é tempo de aprendermos que as ciências sociais, embora devam ser objetivas e tenham regras claras, não são neutras. Nenhuma política econômica é cientificamente correta, essas são produtos de decisões políticas que expressam interesses. Cumpra a nós, economistas, termos claro os interesses que são atendidos pelas políticas econômicas que recomendamos.

\* Prof. de Economia da UFF.  
Ph.D em Economia pela Universidade de Londres.



# Políticas de Crédito

*O Jornal dos Economistas perguntou a alguns profissionais que avaliação fazem sobre as políticas de contenção de crédito adotadas recentemente pelo governo, que, além de repercutirem nas taxas de juros, já refletem também no abastecimento de mercadorias, e já resultaram num manifesto, assinado por empresários no dia 24 de outubro, contrários às ações governamentais.*

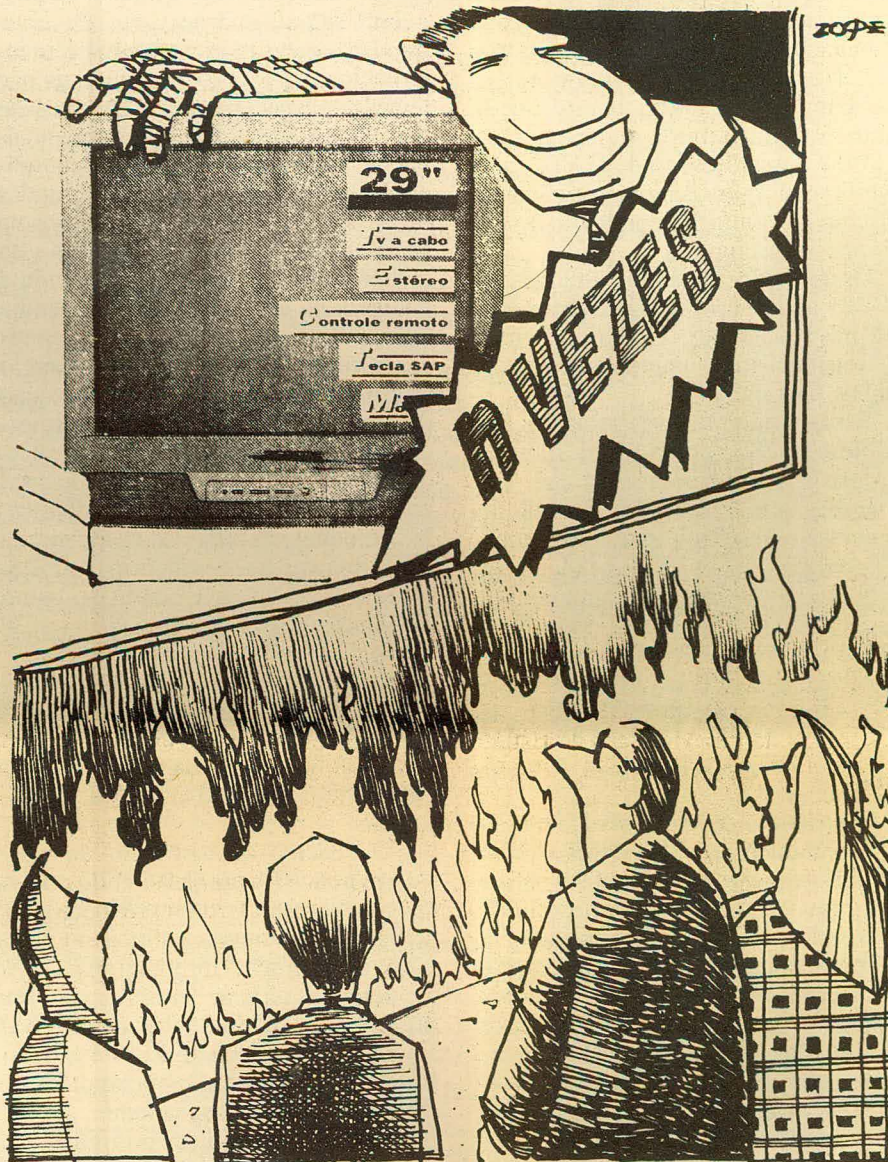
**Régis Alimandro**  
economista da FGV

A redução do prazo de crédito e o aumento das taxas de juros, aliados à importação de gêneros agrícolas com alíquotas reduzidas, são medidas adotadas pelo governo com a intenção de restringir o consumo, viabilizar a estabilidade do Plano Real e controlar a inflação. Não considero essas medidas as mais saudáveis economicamente.

Para combater a inflação, é fundamental organizar as contas do governo, acabar com a folia dos bancos estatais, formalizar os gastos dos estados e municípios e não restringir o crédito. É natural que os empresários, seja do setor industrial ou agrícola, estejam se manifestando contra elas. Eles estão sendo prejudicados com a queda do consumo e com a concorrência desleal de produtos estrangeiros. Além disso, o governo ainda não deu sinais de organização de suas contas. Onde está o orçamento de 95? Será que ele também só será aprovado no final do ano, como foi o de 94?

As medidas de restrição ao consumo só se tornaram necessárias porque confiar no Plano Real, diante da desorganização financeira governamental é brincadeira de criança. Os empresários sabem disso e estão guardando suas mercadorias na expectativa de uma oportunidade melhor de vendas. A população, ao comprar compulsivamente, pagando ágio de até 100% sobre o valor das mercadorias, também dá o recado óbvio aos mentores do Plano Real de que não acreditam nele.

Evidentemente, a política da situação pretende manter os aspectos positivos do Plano, inclusive para tornar viável o novo governo, pois o eleito foi o Plano Real e não Fernando Henrique. Há a esperança de que um político originariamente de esquerda, apoiado pela direita mais retrógrada do País e com o respaldo de uma vitória eleitoral no primeiro turno consiga combater a inflação utilizando-se de estratégias política e econômica adequadas. Mesmo porque, se nem FHC, que está com todas as



possibilidades nas mãos para conseguir resolver o problema, acho muito difícil que outro político o faça.

**Gervásio Castro Resende**  
economista do IPEA

O arrocho do crédito, reduzindo os prazos para compras, foi a alternativa que o governo encontrou para evitar o aumento do consumo, a volta da inflação e o desabastecimento de mercadorias, especialmente durante o Natal. A outra opção seria a elevação das taxas de juros, correndo os riscos de aumento do déficit público e, futuramente, da inflação.

A certeza da prestação fixa e o aumento do número de parcelas

estimularam exageradamente o consumo. A demanda de compras a prazo, em períodos mais longos do que se até então habituais cresceu muito e rapidamente, tornando-se perigosa para o Plano de estabilização pois, diante da crescente procura, os produtores praticam preços altos e os intermediários cobram ágio de até 100% sobre o valor real da mercadoria.

O efeito prático das medidas governamentais, impossibilitando que a procura seja maior que a oferta de produtos, acabou reduzindo as margens de lucros dos empresários. Acredito que tenha sido este o motivo da manifestação contrária às atitudes do governo em relação ao consumo. Os empresários não têm compromisso com o sucesso do Plano Real e até ganham com a inflação.

**Maria José Cyhlar Monteiro**  
professora da FEA/UFRJ

As recentes medidas de contenção do crédito sugerem a repetição de práticas comuns na condução dos planos de estabilização brasileiros. Partem de um diagnóstico das pressões inflacionárias que vê o "aquecimento" da demanda como fator que origina tais pressões.

Ignoram, contudo, o fato de que juros tão altos são um forte fator inflacionário, na medida em que contribuem para a elevação dos custos das empresas e do custo da dívida interna. Para não falar do estímulo ao ingresso de moeda estrangeira com fins especulativos. Embora não se deva descuidar dos aspectos de curto prazo, acredito que seria mais eficiente um conjunto de medidas de médio prazo destinado a atuar sobre o lado da oferta, expandindo-a.

Há ainda que considerar que o anúncio das medidas, sem prévia discussão com a sociedade (o que foi colocado como um dos diferenciais do Plano Real) poderá ter um efeito negativo sobre as expectativas dos empresários, retardando a retomada dos investimentos que, através do aumento do emprego e da produção, são um fator indispensável para a solução dos problemas nacionais.

**Eduardo Amadeo**  
professor da PUC/RJ

Dada a lógica do Plano Real e a existência de excesso de demandas, as medidas apontam para a direção correta. O Plano Real não se utiliza de qualquer instrumento de coordenação extra mercado. Logo, em face à expansão de demanda que acompanha a drástica redução da inflação, as únicas medidas cabíveis são de restrição ao crescimento da demanda agregada.

O sucesso do Plano, no que toca a estabilização, depende de considerável redução da demanda e forte concorrência de produtos importados.



# CPMI da Privatização

*Em 31 de maio de 1994, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI, destinada a investigar fatos decorrentes de execução do Programa Nacional de Desestatização, reuniu-se para apreciar e votar o relatório final da Comissão, rejeitando o relatório do Senador Amir Lando, que questiona a necessidade e a forma com que foram feitas as privatizações durante o PND, e aprovando o substitutivo do Deputado Rubem Medina, que defende todo o processo privatizante.*

*O Jornal dos Economistas publicou em seu número 62, de junho deste ano, o resumo da conclusão do relatório do Senador Amir Lando, e agora abre o mesmo espaço para o relatório substituído aprovado pela referida comissão.*

**M**uitas críticas feitas ao PND, sua organização e funcionamento, originam-se de uma focalização política equivocada, desconhecendo a obrigação constitucional de limitar "aos imperativos da segurança nacional ou relevante interesse coletivo" a presença do Estado na economia.

É indiscutível a necessidade de restringir a ação governamental, mormente face ao volume de encargos, despesas com que é onerado o erário público. Mas têm sido tímidas e lentas as medidas do Governo, na condução do processo de desestatização.

Impende notar que, por falha de base, o PND não teve regulamentado, adrede e adequadamente, o preceito constitucional básico que norteia a exploração direta de atividade econômica pelo Estado. A regulamentação do artigo 173, da Constituição Federal (que versa sobre a permissão e as restrições para a participação do Estado na economia), definindo os conceitos de "segurança nacional" e "relevante interesse coletivo", poderia ter evitado um sem número de discussões que se acenderam no vazio de sua regulamentação.

No plano mais visível, as marchas e contra-marchas do Programa, bem como o baixo retorno financeiro alcançado com a venda das empresas estatais, até o presente, só vem reforçar a série de suposições e suspeições ligadas ao processo de privatização. Muitas dessas manifestações, porém, não merecem ser consideradas, pois pecam por falta de isenção, já que trazem embutida de tendenciosidade de interesses corporativos e políticos de toda natureza em seu enfoque do processo de privatização. Note-se, por exemplo, que o baixo retorno financeiro foi mais que compensado por um somatório de fatores positivos: paralisação da sangria nos recursos públicos; perenização das empresas e sua modernização para torná-las competitivas, perenizando-se igualmente o emprego; valorização do homem pelo treinamento e salário; reinício do pagamento de impostos;

liberação de recursos para as áreas socialmente necessitadas; retorno da credibilidade do Estado e do País; assim por diante.

Partindo do pressuposto de que compete privatamente ao Presidente da República exercer, com auxílio dos Ministros de Estado, a direção da administração federal (art. 84, II, da Carta Magna), ressalta a importância de que uma responsabilidade tão complexa e polêmica como o processo de desestatização - na qual se configuram fluxos, relacionamentos técnico-administrativos e interesses de diversos órgãos e entidades públicas e privadas e, praticamente, de toda a sociedade brasileira - seja conduzida por alguém que, a par da idoneidade e competência, possua autoridade e o *status* de um Ministro de Estado. Na verdade, deveria revesti-se das funções de um Ministro Extraordinário, dirigindo um órgão de missão (Comissão de Alto Nível em que se transformaria a atual Comissão Diretora do PND), de natureza temporária como o seu próprio cargo com prazo de duração e clara definição de metas fixadas em lei.

A Comissão referida deveria reger-se por normas próprias administrativas, financeiras, de pessoal -, só lhe sendo aplicável em caráter supletivo e no que fosse compatível com seus fins, a legislação referente aos órgãos permanentes. Os funcionários da Comissão seriam requisitados da administração pública federal direta e indireta, vedando-se a criação de quadro próprio.

Para o bom desempenho de suas atribuições, o Ministro Extraordinário para a Desestatização estaria subordinado diretamente ao Presidente da República, e, como dirigente da Comissão de Alto Nível (Comissão Diretora do PND), se articularia com os demais órgãos da Presidência e, especialmente, como BNDES, que lhe proporcionariam apoio e recursos necessários.

O Ministro Extraordinário seria, ademais, autorizado por lei a promover, junto aos Ministérios e demais órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta - mediante

cooperação com os respectivos titulares e dispensada a exigência de trânsito intermediário de informações e de solicitação de órgãos superiores -, a adoção, em caráter prioritário, das medidas necessárias ao célere desenvolvimento do processo de desestatização.

Aspecto importante a considerar nestas conclusões e recomendações diz respeito à chamada fase investigatória desta CPMI. A maioria das denúncias apresentadas, senão a totalidade, se caracteriza pela ausência da materialidade, de consistência, não recomendando a continuidade deste processo investigatório.

Além disso, essas mesmas denúncias apresentam rotulagem idêntica, assemelhando-se a algumas matérias denunciatórias, sem autoria, numa repetição exaustiva do ouvi dizer, além da utilização política que determinadas pessoas vêm fazendo do tema, movidas por toda a sorte de interesses partidários e corporativistas.

Não se pode, também, desconsiderar a ação organizada de grupos declaradamente contrários ao processo de privatização, que chegaram até ao uso de violência, para intimidar, assim, atingir ao seu intento de paralisar este processo, em flagrante desrespeito à Constituição, às leis e às liberdades individuais e coletivas.

Além das sugestões de regulamentação do artigo 173 da Constituição e de designação de um Ministro Extraordinário para gerir o PND e, ainda, considerando o exposto anteriormente, cabe a esta CPMI, tão somente encaminhar ao Poder Executivo a **indicação parlamentar** para que este adote medidas preventivas e técnico-administrativas que aprimorem, dêem maior transparência e estabeleçam condições mais adequadas à agilização e à eficácia desse importante Programa de Governo.

Do conjunto de recomendações emergentes do corpo deste relatório, algumas parecem merecer particular relevância e, portanto, acham-se a seguir resumidas:

(a) Reavaliar, à luz de políticas

claramente definidas para o País e previamente divulgadas, o quadro de estatais privatizáveis, e intensificar os procedimentos para o alcance de tal fim.

(b) Criar condições legais e técnicas para a ampliação da liberdade de participação no processo licitatório de privatização de pessoas físicas e jurídicas, nacionais e estrangeiras, especialmente notocante a investidores internacionais.

(c) Ampliar as possibilidades de aquisição de ações e criar estímulos à utilização voluntária de moedas sociais como o PIS/PASEP, FGTS, FINSOCIAL, etc.

(d) Tornar legalmente obrigatório que os novos controladores das empresas privatizadas, quando já estiver definido o respectivo controle, financiem ou obtenham financiamento, para que os empregados possam adquirir a participação que lhes for reservada em ações, aumentando-se o prazo de indisponibilidade das ações assim adquiridas para que os empregados participem, efetivamente, da empresa e de seus resultados pós-privatização.

(e) Diversificar as possibilidades de desestatização do controle acionário, com um leque de alternativas de privatização, desde o critério de venda de todas as ações de uma só vez passando pela venda em separado de bens imóveis, o que, em alguns casos, protegeria o Tesouro Nacional e evitaria a especulação imobiliária, até a venda por etapas ou por lotes de ações, com ou sem direitos especiais.

(f) Acelerar a venda de participações minoritárias do Governo Federal, algumas delas em atividades típicas do setor privado.

(g) Aprimorar a elaboração dos editais de licitação de venda das estatais e melhorar o controle sobre o seu fiel e integral cumprimento.

(h) Concentrar a autoridade e a responsabilidade final pelo processo decisório do PND, nas mãos do Ministro Extraordinário sugerido, com a devida assessoria da referida Comissão de Alto Nível e do próprio BNDES.



## Plano Real: arrocho e agressão à soberania nacional

O povo brasileiro está sendo vítima do oitavo plano econômico. Os sete anteriores se constituíram em retumbante fracasso. Agora, temos outro plano, o "Real", do governo Itamar/Fernando Henrique, que reflete a política neoliberal e pretende transformar o Brasil e todo o Terceiro Mundo em meras economias complementares, de serviços, e colocar o País, definitivamente, à mercê da voraz cobiça e espoliação dos seus recursos naturais e monetários, mesmo que isto signifique, como vem significando, o aumento célere do desemprego, da fome, da pobreza, da miséria, da indigência.

A Medida Provisória do "Real", de nº 542, ludibriando a confiança do povo brasileiro desfecha um duro golpe contra a nação ao colocar no Capítulo V, arts. 29 a 32, a aceleração da privatização de todas as nossas empresas estatais, segundo alega, para pagar a dívida pública, ou seja, a dívida com os especuladores e os grandes grupos econômicos. Simplifica, ainda mais (tocando as raízes do absurdo e da falta total de patriotismo) os trâmites para as privatizações, impedindo qualquer possibilidade de transparência ou controle, tanto pelo Congresso Nacional, como pela sociedade e as entidades da vida civil.

Agora, com um simples ato administrativo, através de Portaria, o Ministério da Fazenda autoriza o "Fundo de Amortizações da Dívida Pública", alocando ao BNDES, a colocar à disposição da Bolsa para venda, pelo "preço de mercado", todas as ações das estatais.

Tudo isto à revelia da vontade e das decisões do povo brasileiro que, com intensa mobilização política, impediu que se efetuassem a Revisão Constitucional e a conseqüente alienação do patrimônio público do País, construído com o suor e o sangue de todo o povo.

O governo Itamar curva-se, mais uma vez, às imposições do grande capital

internacional que manda, acintosamente, numa ingerência indevida nos nossos assuntos internos, o seu Secretário de Comércio, Ronald Brown, exige, em nome do governo dos EUA, a solução rápida da alienação das estatais brasileiras e a aprovação da Lei de Patentes, altamente lesivas aos interesses nacionais, pois permite o controle, inclusive, da nossa biodiversidade (flora e fauna do País).

Como subproduto desse atentado à nação brasileira, temos a produção de mais um arrocho salarial duplo para os trabalhadores: a conversão pela "média", sem levar em conta a inflação de fevereiro de 40,1% (segundo o DIEESE) e o aumento de 11,4% da cesta básica, enquanto os preços das empresas privadas são liberados. Além disso, o Plano desconsidera a inflação de 20 a 30 de junho, que representa uma perda de cerca de 30% do poder aquisitivo dos assalariados.

Isto prova que o "Plano Real" foi feito sob medida e sob encomenda para controlar os salários, liberar os preços e privatizar as estatais dentro da política de "ajustes" do FMI e do projeto neoliberal, que favorece, exclusivamente, o grande capital transnacional.

É a isto que se chama "Plano de Estabilização da Economia"!

O projeto neoliberal quer manter o Terceiro Mundo patrocinando o desenvolvimento tecnológico dos países desenvolvidos, em detrimento do seu próprio desenvolvimento. Nos últimos doze anos, somente a América Latina remeteu para o exterior cerca de 700 bilhões de dólares, inclusive pelos mecanismos perversos do pagamento da dívida externa.

Conclamamos o povo brasileiro a se unir na defesa dos seus interesses vitais e da soberania do País.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1994  
**Barbosa Lima Sobrinho**  
 Presidente da ABI e do MODECON

## Os Economistas e o "Fundo de Amortização da Dívida Pública"

Em Julho deste ano, juntamente com várias entidades entre as quais a ABI, com o Dr. Barbosa Lima Sobrinho à frente, as entidades de economistas do Rio de Janeiro - IERJ, CORECON - 1ª Região e SINDECON-RJ - assinaram a carta ao lado.

A assinatura da carta foi fruto de uma extensa discussão entre os vários economistas que compõem a direção das entidades. De um lado, havia uma total concordância, um consenso, quanto ao objetivo central da carta - criticar a criação do chamado "Fundo de Amortização da Dívida Pública" no bojo da medida que criava o Real.

A instituição do Fundo de Amortização da Dívida Pública, tal como previsto na Medida Provisória, impediria, como dito na carta, qualquer possibilidade de "transparência ou controle, tanto pelo Congresso Nacional, como pela sociedade e entidades da vida civil", tornando ainda mais nebuloso o processo de alienação do patrimônio público que vem sendo levado adiante desde o malfadado Gov. Collor. Nesse processo pouco se tem discutido sobre a efetiva reestruturação produtiva, ou sobre um futuro redesenho do Estado brasileiro, conservando para si setores evidentemente estratégicos. Mais grave ainda o processo pouco ou nada tem contribuído para auxiliar no equilíbrio fiscal do Estado, quando não serve para agravá-lo, tamanha a série de garantias e facilidades dadas pelo Estado aos grupos que se propõe a participar dele.

As entidades de economistas se sentiram, por tudo isso, muito à vontade para se manifestar firmemente na crítica à criação do Fundo

de Amortização da Dívida Pública.

Entretanto, a carta que nos foi proposta não se limitava a considerações sobre o novo Fundo. Tecia, além disso, uma série de considerações sobre vários outros elementos, sobre os quais havia uma enorme e diversa gama de entendimento entre os economistas hoje participantes na gestão das entidades. Além disso, e isto de novo era consensual entre os que participaram da discussão, o espaço era por demais reduzido para uma análise consistente, pelo menos do ponto de vista dos economistas, de um plano de estabilização, em que pese vários pontos de concordância com o teor expresso na nota.

Ainda assim, resolvemos agregar à nota a assinatura das entidades de economistas do Rio de Janeiro. Entendemos que o seu peso político, a agilidade necessária para sua divulgação e o consenso em torno do que nos pareceu central - a crítica à criação do Fundo de Amortização da Dívida Pública - eram motivos mais do que suficientes para tal.

Como entidades de economistas, entretanto, nos julgamos no dever de expressar aos nossos associados as nuances de nosso posicionamento. Entendemos que desta forma preservamos a relação democrática de transparência que queremos manter com todos os nossos associados. Sem fugir à nossa responsabilidade de nos posicionarmos politicamente de forma ágil e capaz de intervir na conjuntura, mas também sem criar falsos consensos fáceis que muitas vezes acabam evitando o debate rico e frutífero.

IERJ, CORECON-1ª Região e SINDECON-RJ

### Assinaram este manifesto de 18 de julho de 1994, 48 representantes da sociedade civil. Entre eles destacamos:

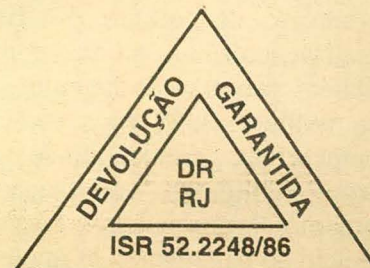
Herbert de Souza, Associação dos Empregados da Eletrobrás, Assoc. dos Empregados da Light, Assoc. dos Empregados de Furnas, Assoc. dos Empregados da Cia. Vale do Rio Doce, Assoc. dos Docentes da UFF, Assoc. dos Servidores do CNPq, CUT, CGT, Conselho Federal de Medicina, Conselho Regional de Biologia, CORECON, Conselho Regional de Farmácia-SP, Federação Nacional

dos Engenheiros, IERJ, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica-RJ, Sindicato dos Químicos e Engenheiros do ERJ, Sindecon, Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no ERJ, Sindicato Nacional dos Aeroviários, Sindicato Nacional dos Funcionários do BC, Sindipetro-RJ, Sindicato dos Farmacêuticos do ESP e Forum por uma Política Nacional de Medicamentos.

Jornal dos Economistas

PORTE PAGO

DR/RJ  
 ISR 52.2246/86



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 15.11.94